

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo Brasil encarece produtos industriais em 25,4%, diz estudo..... 3

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eleições e desafios para uma reforma tributária (Artigo)..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Cornucópia eleitoral (Editorial)..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Piora o congestionamento no Judiciário após a pandemia (Editorial)..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Expectativa de novo recuo da inflação..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Premiê britânica congela preço da energia dois dias após assumir..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ações de gigantes do streaming sobem, mas lucros encolhem com custos altos e mercados menores..... 13

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Elizabeth II foi mais que uma mera rainha da Inglaterra (Editorial)..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carlos Viana defende ajuste no Regime de Recuperação Fiscal em Minas Gerais..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reino Unido gastará US\$ 115 bi para subsidiar energia..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tensões políticas fazem a AL ficar para trás em novo boom do petróleo..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF mantém multa do Cade aplicada contra siderúrgica..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A economia e o poder de barganha do Brasil (Artigo)..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula critica Bolsonaro por manifestações no feriado..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro explora antipetismo para recuperar votos no Sudeste.....23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Consumidores trocam marcas de leite, feijão, arroz e óleo no supermercado..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Bitcoin deixa de ser a criptomoeda preferida das corretoras.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ondas de choque global ameaçam padrões de vida, renda e paz social no Velho Continente
..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Europa promove elevação histórica dos juros em resposta à inflação.....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mesmo sem recursos, Bolsonaro fala em novo aumento para o Auxílio.....31

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
ECONOMIA

"O novo normal para o PIB da China é 3% ou 4%"33

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Orçamento secreto: governo muda regras e libera R\$ 5,6 bi..... 35

Custo Brasil encarece produtos industriais em 25,4%, diz estudo

MATEUS FAGUNDES

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) divulgado ontem mostra que o chamado Custo Brasil encarece os produtos industriais nacionais em 25,4%, em média. A criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) como parte de uma **reforma tributária** seria uma das formas de reverter esse cenário, defendem as entidades.

Para chegar a esse resultado, o estudo compara a diferença de custos de produção entre uma empresa no Brasil e outra com características similares operando no exterior.

Foram considerados os 15 principais parceiros comerciais brasileiros: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Coreia do Sul, Japão, Itália, França, México, Índia, Espanha, Reino Unido, Suíça, Chile e Canadá. O grupo equivale a três quartos da pauta de importados em bens industriais e responde por 72% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial.

O levantamento lista, então, pontos que diferem o Brasil desse conjunto de países. A tributação é o item que, isoladamente, teve o maior impacto na elevação dos preços dos bens industriais brasileiros: 13%. A carga tributária do País foi, em média, de 33,4% do **PIB**, enquanto na amostra de países esse número ficou em 26,4%.

Na sequência, aparecem os juros, com peso de 6,1%. Aqui, as entidades consideraram tanto o peso da Selic (a taxa básica de juros) quanto das taxas embutidas em financiamentos de instituições bancárias. De 2008 a 2019, a taxa média real de juros foi de 4,2%, superior ao 0,2% nos 15 países da amostra.

Matérias-primas e energia (3,7%), logística (1,5%) e carga extra com benefícios sobre a folha de pagamentos (0,8%) também são citadas como itens que contribuem para o Custo Brasil.

As entidades argumentam que só a implementação de um IVA, eliminando **TRIBUTOS** considerados irreuperáveis e reduzindo gastos com burocracia, teria potencial de baixar o Custo Brasil com **TRIBUTOS** de 13% para 4,9%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Eleições e desafios para uma reforma tributária (Artigo)

Alexandre Muzzi é advogado

Nos últimos anos muito se discutiu sobre uma proposta de **reforma tributária** no Brasil, com o objetivo de simplificar o complexo e pesado sistema que temos e alcançar a tão almejada redução da carga fiscal. Trata-se de um tema espinhoso, do ponto de vista dos interesses políticos, mas de altíssima relevância para os contribuintes e para o desenvolvimento do País.

Os três principais projetos foram apresentados pela Câmara dos Deputados (PEC 45/2019), pelo Senado Federal (PEC 110/2019) e pelo governo federal (PL 3887/2020). Sem entrar nos pormenores de cada proposta, todas buscam de certa forma a unificação de **tributos**, a redução da burocracia com obrigações acessórias e a "redução da carga fiscal", hoje na casa dos 33% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Especialistas e entidades empresariais argumentam que os modelos propostos para a unificação de **tributos**, se implementados, somados à intenção de passar a tributar os dividendos pagos pelas empresas pelo imposto de renda, vão implicar no aumento da carga fiscal para diversos setores da economia.

Outro ponto delicado da reforma e relacionado a possível unificação dos **tributos** é uma adequada e justa distribuição dos recursos entre os entes federativos.

Temos que ser realistas e ter ciência de que a máquina pública é muito pesada em todas as esferas (municípios, Estados e União) e, por mais que a sociedade sonhe com uma redução da carga tributária, o governo não pode se dar ao luxo de perder receitas.

A discussão sobre uma redução da carga tributária é travada quando se depara com a necessidade de promover ampla reforma administrativa para enxugar a máquina pública. Mas esse é um tema amargo para os interesses políticos e nossos "representantes" preferem não enfrentar esse desgaste.

Tão importante quanto a redução da carga tributária é a simplificação do sistema e a redução das obrigações acessórias impostas aos contribuintes. A simplificação permitirá a redução de custos das empresas com sistemas e mão de obra dedicados.

Entretanto, entra e sai governo, parece que estamos parados no tempo com as mesmas discussões. É importante que neste momento de processo eleitoral cada cidadão avalie cuidadosamente o plano de governo dos candidatos e tente filtrar a real intenção de cumprirem com os compromissos. Não podemos permitir que temas tão relevantes para a sociedade sejam protelados ou até mesmo esquecidos no tempo.

Os desafios estão postos para o próximo governo, tanto Executivo quanto Legislativo. E não são poucos.

Site: <https://opopular.com.br/digital/09-setembro-2022/1o-caderno>

Cornucópia eleitoral (Editorial)



A menos de um mês do primeiro turno, está claro não haver mais limites legais e fiscais para conter o presidente Jair Bolsonaro.

Nem mesmo o rito orçamentário sobreviveu ao ímpeto de destruição associado ao desespero eleitoral. Recorrendo a uma manobra, o Executivo conseguiu liberar recursos para o pagamento das emendas de relator, que havia sido parcialmente contingenciado na última revisão bimestral do Orçamento, em julho.

Com a pressão crescente dos aliados, o governo não quis aguardar o prazo para o próximo relatório, no fim de setembro, nem ter o trabalho de elaborar um documento extemporâneo com a previsão atualizada das receitas e despesas primárias da União. Optou por um decreto e simplesmente se livrou de uma obrigação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal para entregar R\$ 5,6 bilhões nas mãos do Centrão.

Publicado em edição extra do Diário Oficial da União na noite do dia 6 de setembro, o decreto deu praticamente força de lei às decisões tomadas pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e comandado de fato pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Com ele, será possível resolver dois problemas de uma só vez: impedir o repasse de verbas para as áreas de ciência, tecnologia e cultura e

liberar o espaço fiscal necessário para o empenho de emendas de relator, base do esquema do Orçamento Secreto.

Revisitar o roteiro que teve na edição do decreto o seu último ato revela a conquista de um poder inédito do Executivo para corromper o Parlamento.

Legislações que impediram o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC) e garantiram apoio financeiro aos setores cultural e de eventos após a pandemia de covid-19 foram aprovadas por ampla maioria dos parlamentares. Foram, no entanto, vetadas pelo presidente. Os vetos, por sua vez, foram derrubados pelos deputados e senadores e, em seguida, promulgados. O governo apelou, então, à criatividade.

Ao editar duas medidas provisórias (MPs), restabeleceu o poder dos vetos presidenciais e inaugurou uma nova fase no processo legislativo, em clara violação ao sistema de freios e contrapesos e ao princípio constitucional da separação dos Poderes. Uma semana depois, enquanto o Congresso discutia se devolveria ou não os textos ao Executivo, o governo publicou o decreto que referendou o bloqueio das verbas previsto nas MPs. Ao mesmo tempo, comprou o silêncio dos parlamentares, já que esse dinheiro servirá justamente para irrigar suas bases a poucas semanas das eleições.

É inegável que o orçamento secreto mudou a relação entre Executivo e Legislativo - para pior e, talvez, de forma definitiva. Na proposta orçamentária de 2023, o Executivo reservou R\$ 19,4 bilhões para as emendas de relator, 22% a mais do que neste ano. Para garantir esses repasses, o governo cortou em 59% a verba do programa Farmácia Popular, que distribui gratuitamente medicamentos para o tratamento de asma, hipertensão e diabetes a 21 milhões de pessoas. Ainda que Guedes tente diminuir a importância das emendas de relator a "menos de 1%" das despesas, é evidente que preservar essa rubrica se tornou a única prioridade do governo.

É ela que garante uma base parlamentar cordata e disposta a fechar os olhos para o absurdo.

Este é mais um legado que Bolsonaro deixa ao País. Após quase quatro anos de atrocidades diárias coroadas pelo vergonhoso discurso do presidente no Bicentenário da Independência, atropelar as leis e

regras orçamentárias para garantir o pagamento das emendas à custa da ciência, tecnologia, cultura e até mesmo da saúde se assemelha a uma brincadeira infantil. Já não choca mais ninguém - nem deputados e senadores, beneficiados pelos recursos, nem os **servidores públicos**, que têm dado respaldo técnico a todas essas medidas.

Anestesiada, a sociedade assiste ao desrespeito ao arcabouço fiscal, às leis e à Constituição sem lembrar que, há seis anos, manobras como estas balizaram um implacável pedido de impeachment de uma presidente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Piora o congestionamento no Judiciário após a pandemia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=6§ion=2

Expectativa de novo recuo da inflação



»»Rafaela Gonçalves

As reduções de **impostos** e ajustes de preço de algumas commodities devem continuar derrubando a **inflação**. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga hoje o resultado de agosto do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial no país. A expectativa dos analistas é que o indicador venha pelo segundo mês consecutivo no campo negativo, após recuo de 0,68% em julho.

A projeção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) é de que o índice recue 0,52%. O coordenador dos Índices de Preços do instituto, André Braz, disse que a deflação dos alimentos deve ser o grande destaque do mês. ?A novidade que devemos ter é uma descompressão da **inflação** dos alimentos, sustentada pela desaceleração das grandes economias. Esses países vão crescer menos e a demanda menor por commodities vai acabar impactando no preço dos alimentos?, afirmou.

O Ibre divulgou alguns indicadores, ontem, que antecipam o que está por vir. O Índice Geral de Preços ? Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou queda de 0,55% em agosto. Já o Índice de Preços ao Consumidor ? Semanal (IPC-S), que calcula a variação de preços de produtos e serviços em sete capitais do país, registrou recuo no grupo alimentação, que passou de 0,07% na semana anterior para -0,04% ontem.

Segundo Braz, a conjuntura global das commodities têm influenciado a queda principalmente do preço dos grãos, efeito que deve começar a ser visto nos próximos indicadores de **inflação**. ?É um ponto importante, principalmente para as famílias de baixa renda, que comprometem grande parte do orçamento com a compra de alimentos. Esse cenário deve perdurar ainda por um tempo, pois a desaceleração das principais economias do mundo mal começou?, avaliou.

Com a queda das commodities, os combustíveis, que foram o principal vetor para a deflação no último mês, também têm espaço para uma redução ainda maior nos preços. ?O petróleo vem caindo bastante, principalmente nos últimos 30 dias, o barril está sendo vendido por menos de U\$ 100. Isso deve ajudar a reduzir o preço dos combustíveis ainda mais aqui no Brasil?, observou o economista-chefe da Valor Investimentos, Piter Carvalho. A expectativa dele é que o IPCA venha com queda de 0,30 ponto porcentual.

Segundo o analista da Top Gain, Sidney Lima, a tendência de queda da **inflação** deve se estender como consequência de dois pontos principais: ?A gente basicamente se antecipou e saiu na frente da maioria dos países com o aumento da taxa de juros, para conter o consumo das famílias. Outro ponto é esta baixa generalizada das commodities, que vai sendo repassada para toda a cadeia?, afirmou.

O resultado de hoje do IPCA será um indicador importante para o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que vai se reunir nos dias 20 e 21 de setembro para definir se aumenta ou não a taxa de juros básica da economia brasileira, a Selic, atualmente em 13,75% ao ano. Apesar do recuo nos índices de preços, ainda há desconforto da autoridade monetária com o andamento da **inflação** que tende a manter os juros em patamar elevado.

"Mão de Deus" no mercado

Após uma série de medidas para reduzir os preços dos combustíveis - da troca no comando da Petrobras à redução de **impostos** cobrados sobre diesel e gasolina -, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, disse que "a mão de Deus" ajudou na redução de valores nas bombas.

"Primeiro, a mão de Deus nos ajudou para que o preço

do diesel caísse. Segundo, tínhamos um plano e o mantivemos. Não podemos é sair com medidas do lado oposto ao que queremos", afirmou ele à Agência Estado.

O ministro lembrou que o momento que considerou mais tenso - junho, mês seguinte ao da sua posse na pasta -, quando o barril do petróleo tipo Brent era vendido acima de US\$ 120, atingindo a maior cotação em dois meses e uma das maiores em quatro anos.

"O câmbio continuou a ajudar, e sabemos que, depois de muitos dias chovendo, vai fazer sol", disse Sachida, um dos ministros mais próximos do presidente Jair Bolsonaro.

Recentemente, a Petrobras anunciou várias reduções de preços dos combustíveis, feito que tem sido alardeado pelo presidente na sua campanha à reeleição.

Bolsonaro trocou o comando da estatal três vezes desde que assumiu a Presidência.

Premiê britânica congela preço da energia dois dias após assumir

A nova primeira-ministra britânica, Liz Truss, anunciou nesta quinta (8) medidas contra a crise energética que incluem congelamento de preços por dois anos para as famílias, o fim de uma moratória sobre fraturas hidráulicas e reexaminar os objetivos climáticos do Reino Unido.

O congelamento dos preços gerará economia de cerca de 1.000 libras (US\$ 1.150, R\$ 6.005) Por ano a uma família média, em comparação com a alta de 80% no teto tarifário previsto para 1º de outubro, disse Truss no Parlamento dois dias após sua nomeação.

Empresas e instituições como escolas e hospitais receberão "auxílio equivalente por seis meses", disse a deputados, que a interromperam várias vezes no discurso.

"É hora de sermos ousados. Enfrentamos uma crise energética [...] e essas intervenções terão um custo", alertou, no entanto, depois de ter se esquivado no dia anterior das perguntas da oposição sobre como ela pensa em financiar políticas que devem aumentar a já muito alta dívida pública britânica.

O governo pagará às empresas de energia a diferença de preço, disse Truss, sem contar quanto o Tesouro Público pode custar, aguardando seu novo ministro das Finanças, Kwasi Kwarteng, apresentar um orçamento este mês.

Truss, ex-executiva da gigante do petróleo Shell, que durante a campanha para se tomara nova líder do Partido Conservador defendeu políticas ultraliberais, se declarou contra aplicar mais **impostos** às empresas de energia para ajudar as famílias.

As medidas anunciadas incluem suprimir temporariamente **impostos** energéticos para financiar a transição para a neutralidade de carbono, que o Reino Unido prometeu alcançar em 2050, data que Truss afirmou querer reexaminar. Garantindo estar "totalmente comprometida" com a ideia de atingir zero emissões líquidas do CO2 nessa data, disse que quer garantir que isso não envolva ônus excessivo a empresas e consumidores. Ela não especificou quanto custará o pacote total, que a imprensa britânica estima em 150 bilhões de libras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

29

Ações de gigantes do streaming sobem, mas lucros encolhem com custos altos e mercados menores



A Netflix, que aparece na tela do televisor e perdeu 970.000 assinantes no último trimestre Chris Delmas/AFP

Talvez a Fox de Rupert Murdoch e a AT T soubessem o tempo todo o que estavam fazendo. Nos últimos anos, os dois grupos reduziram suas ambições hollywoodianas. A dupla vendeu ativos de entretenimento para compradores interessados em lutar nas guerras de streaming.

Até agora, neste ano, as ações da Fox e da AT T se mantiveram em alta em relação aos índices de mercado em queda.

Outros titãs da mídia, por outro lado, descobriram que o negócio de enviar conteúdo diretamente ao consumidor não apenas é caro, como também um mercado muito menor do que o esperado.

Na semana passada, a Disney, que adquiriu os ativos de estúdio da Fox, comunicou ao mercado que havia registrado 14,4 milhões de novos assinantes de streaming em seu serviço Disney+, mais do que o esperado. No dia seguinte suas ações subiram 6% em resposta. Mas esse crescimento saiu caro.

O Disney+ registrou um prejuízo operacional trimestral de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 5,6 bilhões) sobre receita de US\$ 5,1 bilhões (R\$ 26 bilhões). O grupo também precisou admitir que não atingiria sua previsão de

longo prazo de captar 260 milhões de assinantes até 2024.

Um evento ainda maior na mídia é o recém-batizado Warner Bros Discovery, resultado da aquisição pela Discovery da Warner Media da AT T por US\$ 43 bilhões (R\$ 220 bilhões) em 2021.

A Discovery, que sempre teve um faturamento médio, e a pretensiosa Warner dificilmente se encaixavam. A relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) da Discovery é cinco vezes mais alta.

Isso parece precário. A nova empresa admite alguns problemas dolorosos de integração, principalmente na maneira de lançar novos programas e filmes.

As ações da Warner Bros Discovery já perderam 42% este ano. Ainda assim, parece melhor que a Netflix, que registrou o pior desempenho do setor em 2022.

Enquanto isso, os vendedores voltaram às suas origens. A AT T recuou para os negócios de telefonia móvel e banda larga, ricos em fluxo de caixa. A Fox se concentrou em suas tradicionais redes de TV paga com notícias e esportes. Embora os direitos esportivos continuem caros, as taxas de afiliados e a publicidade se mostraram surpreendentemente resistentes.

Para empresas como Disney e Discovery, ficar parado nunca foi uma opção. Mas as batalhas de streaming em que entraram poderão fazê-las pensar duas vezes sobre o custo da expansão.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50029>

Elizabeth II foi mais que uma mera rainha da Inglaterra (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carlos Viana defende ajuste no Regime de Recuperação Fiscal em Minas Gerais

Cibelle Bouças De Belo Horizonte

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

Reino Unido gastará US\$ 115 bi para subsidiar energia

Elizabeth Piper, Kate Holton e William James Reuters, de Londres

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

Tensões políticas fazem a AL ficar para trás em novo boom do petróleo

Peter Millard Bloomberg

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=1§ion=1

STF mantém multa do Cade aplicada contra siderúrgica

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187325?page=6§ion=2

A economia e o poder de barganha do Brasil (Artigo)

CARLO BARBIERI - Analista político e economista

Estimativas econômicas recentes mostram que no curto prazo o Brasil deverá abastecer um terço da alimentação mundial. Essa verdade, associada a uma série de outros movimentos de desaceleração econômica nos Estados Unidos e Europa, farão o país ocupar uma posição mais confortável economicamente nos próximos anos em relação aos demais países. Vale lembrar que 85% da energia do Brasil já advém de fontes limpas e renováveis.

Abre-se uma margem sem precedentes para que a diplomacia brasileira utilize esse protagonismo para ganhar espaço no mercado internacional.

A agroindústria brasileira hoje já alimenta cerca de 800 milhões de cidadãos do mundo e se prepara para aumentar mais 40% na produção, graças à tecnologia, conhecimento e investimentos. O resultado ganha ainda mais relevância se considerarmos que o país ainda não detém infraestrutura e logística rodoviária e ferroviária e portuárias adequadas para o escoamento e exportação das safras.

Os números preveem a relevância do Brasil no contexto econômico mundial.

A **inflação** nos EUA, por exemplo, já superou a brasileira neste ano de 2022.

De janeiro a julho, o IPCA do Brasil atingiu 4,77%, enquanto a americana foi a 5,31%. Para buscar remediar a situação, o presidente do FED - Banco Central americano - já anunciou aumento dos juros para os próximos meses.

O Brasil baixou a taxa de desemprego de mais de 14% no início do atual governo, para algo em torno de 9%, apesar de toda a pandemia, enquanto nos EUA o desemprego volta a crescer como mostraram os números recentes.

Segue crescente superando 11 milhões de desempregados atualmente. Segundo a ADP foram criadas 132 mil vagas de trabalho no mercado americano em agosto. Esse total representa quase metade das ofertas de trabalho que foram criadas no Brasil, com carteira assinada, durante o mesmo período.

Enquanto isso, os EUA amargam um crescimento vertiginoso de saldos negativos nas contas públicas, o Brasil, em julho deste ano, registrou saldo positivo de R\$ 19,3 bilhões. O Brasil deverá ter um crescimento econômico de 2% ou mais este ano. Algumas fontes já falam em 3,2%, enquanto o EUA já têm dois trimestres de crescimento negativo.

O comércio exterior brasileiro está batendo o seu recorde histórico, atingindo 39% do **PIB**, e fazendo com que o Brasil dobre sua relevância no comércio mundial, atingindo 2% do total, ainda baixíssimo, mas o dobro de poucos anos passados. Vale comparar com a China que em 2020 o comércio exterior tangenciou 33% do **PIB**.

O saldo acumulado no Brasil deverá atingir U\$ 1 trilhão.

A dívida pública brasileira está em queda, já baixando a 78% do **PIB** apesar da pandemia, enquanto a americana já superou \$31 trilhões, atingindo quase 150% do **PIB** do país. A previsão de que a dívida brasileira chegaria aos 105% do **PIB** feita em 2020 se mostrou completamente errônea e irresponsável.

Se compararmos com a Europa a posição fica ainda melhor para o Brasil. Os experts previam uma Europa vibrante neste ano, superando a crise da covid-19, e atingindo um crescimento de mais de 4% em 2022. Infelizmente, esse cenário não se confirmou. Os números estão caindo e já se tem como afirmar que teremos um crescimento no máximo de 2,7%. A França só cresceu 0,5% no segundo trimestre e ficarão os franceses sem energia 2 horas por dia. A **inflação** segue crescente na Europa, atingindo 9,1% este ano, números nunca antes vistos desde 1997.

Os juros europeus tendem a ser aumentados e o preço da energia também tem subido de forma escandalosa (41,9%). A Europa passará por um forte desabastecimento, alta **inflação** e vários países ainda não conseguiram voltar ao ritmo pré-pandemia. A gasolina, como os outros itens da energia, não tem como baixar a curto prazo, ao contrário do Brasil em que houve uma queda substancial baixando mais de 2,7% em uma semana, já tendo diminuído também em outros itens como a gasolina de aviação (mais de 15%) o que deve ajudar a deflação que já vem

ocorrendo na economia.

Com a crise energética e principalmente a questão da segurança alimentar, o Brasil tem uma grande responsabilidade no futuro, quase presente, podendo em muito ajudar e, mais que tudo, utilizar-se dessa posição privilegiada para negociar acordos bilaterais de interesse do país. São cenas do próximo capítulo da história brasileira que poderemos contemplar no curto prazo.

Lula critica Bolsonaro por manifestações no feriado

Lula disse que Bolsonaro fez "tentativa escancarada de obter vantagem eleitoral com o uso de recursos públicos"



REDES SOCIAIS/REPRODUÇÃO



JAIR AMARAL/EM/D.A.PRESS

Ciro Gomes tem como proposta refinar dívidas com descontos, se for eleito

Fernanda Strickland

Após não conseguir participar da sessão solene em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil, na Câmara dos Deputados, o ex-presidente e candidato ao Planalto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou em ofício ao Senado que repudia as ações do presidente Jair Bolsonaro (PL) no feriado de 7 de setembro. "Assisti com profunda indignação às falas do presidente da República, a pretexto da celebração do Dia da Independência", afirmou Lula. "Em primeiro lugar, pela tentativa escancarada de obter vantagem eleitoral com o uso de recursos públicos. E pelo sequestro de uma data que não pertence a ele, mas à Nação brasileira, a exemplo do que tenta fazer com a nossa bandeira e com o verde e amarelo; são patrimônios do nosso povo." Na quarta-feira, Lula já havia criticado a postura de Bolsonaro.

"De todas as pessoas sérias deste país, é ainda maior pelo uso de uma data de orgulho nacional, quando deveríamos celebrar a união de todos os brasileiros, para mais uma vez espalhar ódio, mentiras e ameaças à democracia", disse o petista, que fez comício em Nova Iguaçu (RJ), ontem à noite. Segundo ele, Bolsonaro poderia ter se dirigido ao povo para falar de paz, harmonia, geração de emprego, educação, saúde ou combate à fome. "Mas ele não tem nada a dizer

sobre isso, porque não tem nada de positivo para apresentar, nessas ou em quaisquer outras áreas", afirmou Lula.

"O legado do atual presidente é a volta da fome, que nós havíamos banido deste país. É o desemprego, a **inflação** descontrolada, a devastação do meio ambiente. É o sofrimento das famílias, oprimidas pela falta de alimentação adequada, de emprego, de renda, de moradia digna e de esperança. Logo ele, que se diz defensor da família, quando na verdade só cuida dos interesses da sua própria família", afirmou Lula também.

E completou: "O legado do atual presidente é o ódio aos negros, aos indígenas e aos pobres em geral. É o desprezo pelas mulheres. É o seu descaso criminoso para com a saúde, que levou à morte centenas de milhares de vítimas da COVID. É a corrupção desenfreada do seu governo, que ele tenta varrer para baixo dos sigilos de 100 anos".

Ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a candidatura de Lula e do seu vice, Geraldo Alckmin (PSB). Antes do julgamento dos registros, o relator dos processos, ministro Carlos Horbach, julgou improcedentes três pedidos de impugnação da chapa. Horbach afirmou que tanto Lula quanto Alckmin preenchem as condições exigidas tanto pela Constituição Federal quanto pela legislação eleitoral para concorrer, não havendo impeditivos legais para os dois, e declarou seu voto favorável aos registros.

DÍVIDAS O candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) cumpriu agenda em São José do Rio Preto (SP), ontem. Acompanhado pela equipe de campanha, ele chegou ao município por volta das 12h e seguiu do aeroporto para o Mercado Municipal. Em entrevista à TV TEM, Ciro falou sobre suas propostas para famílias endividadadas. "São milhões de pessoas com quem me comprometo a refinar, ajudando a obter um grande desconto, que, na experiência que já tenho, é entre 70 e 90%. O saldo que fica dá R\$ 1,4 mil por devedor, que financio em 40 meses. Isso dá perto de R\$ 30 a prestação, mesmo cobrando um juro absolutamente moderado e fazendo uma educação financeira", prometeu.

"Quero fazer o mesmo para seis milhões de empresas. Vou financiar também a reestruturação desse passivo,

usando uma fração das reservas cambiais, que me permite trocar os juros imorais do Brasil pelos juros internacionais", completou. Após caminhar pelo Mercado Municipal, Ciro voltou para o aeroporto de Rio Preto. Em um jato particular, decolou para São Paulo por volta das 13h.

SAÚDE Candidata do MDB à Presidência, Simone Tebet disse, ontem, em Araraquara (SP), que pretende reajustar a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) em 25% em quatro anos, caso seja eleita. Durante a tarde, ela visitou a Maternidade Gota de Leite e falou sobre a defasagem dos recursos repassados pelo governo federal para pagar procedimentos hospitalares de média e alta complexidade, além da atenção básica de saúde pública no Brasil. "Nós já chegamos a financiar pouco mais de 50%, hoje é menos de 50%, à exceção do período da pandemia, que a gente teve que colocar mais dinheiro. Então, o primeiro passo é recuperar o histórico, é colocar exatamente no mínimo 50% do orçamento da União relacionado à saúde pública no que se refere à saúde bancada pelo SUS", afirmou.

"Hoje, os municípios e estados bancam na sua totalidade. A gente não pode esquecer que a tabela SUS está desatualizada há 20 anos. Então, em 4 anos, é aumentar a tabela SUS em 25% para que nenhuma porta fique fechada. Para que toda vez que um pobre precise de assistência na saúde, ele não vai ter uma porta fechada. O SUS tenha condição de receber, porque está recebendo o recurso no valor atualizado e, portanto, vai conseguir atender com qualidade esse cidadão e essa cidadã", completou. Tebet também falou que quer zerar, em até dois anos, as filas de exames, consultas e cirurgias represadas durante a pandemia e que são bancadas com recursos da União.

Site:

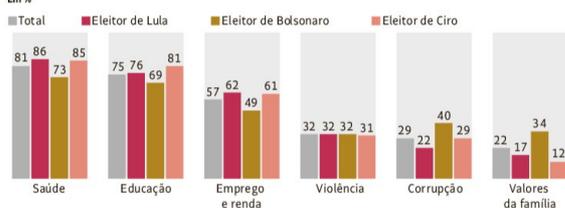
<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/09/2022/p1>

Bolsonaro explora antipetismo para recuperar votos no Sudeste

Datafolha: como pensam os eleitores de Lula, Bolsonaro e Ciro

Eleitores de Lula se preocupam mais com saúde; de Bolsonaro, com corrupção

Quais são as áreas mais importantes na hora de definir seu voto para presidente?*



Eleitores de Ciro são os que mais rejeitam valores religiosos na política

"Política e valores religiosos devem andar sempre juntos para que o Brasil possa prosperar"



Eleitores de Lula e Bolsonaro priorizam família à economia ao decidir voto

"Para ter meu voto, é mais importante um candidato defender os valores da família do que ter boas propostas para a economia"



*Soma de áreas mais importantes "em 1º, 2º e 3º lugar" **O restante não concorda nem discorda ou não sabe
Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 5.734 pessoas de 16 anos ou mais em 281 municípios nos dias 30 ago a 1º set; a margem de erro de 7 pontos e sobe para 4 entre os eleitores de Ciro; o registro no TSE é BR/00433/2022

Bruno Boghossian Brasília

A campanha de Jair Bolsonaro (PL) deve dobrar a aposta no Sudeste para tentar retomar o eleitorado que esteve com ele em 2018. A região é considerada o principal problema do presidente na briga pela reeleição, mas as pesquisas detectam sinais de uma recuperação nesses estados.

Bolsonaro teve 65% dos votos válidos no Sudeste ao encarar Fernando Haddad (PT) no segundo turno da última eleição. Agora, segundo o Datafolha, ele aparece com 45% na simulação de um embate direto com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem 55%.

Os números indicam que, em quatro anos, Bolsonaro perdeu uma frente de 13 milhões de votos sobre o PT na região mais populosa do país e passou a enfrentar uma desvantagem estimada em mais de 8 milhões de eleitores.

O comitê da reeleição deve ampliar a agenda de viagens do presidente no Sudeste e investir num processo de aumento da rejeição a Lula na região. Auxiliares de Bolsonaro acreditam que o debate da corrupção será útil.

A situação do presidente nesses estados já foi pior. Até junho, o Datafolha registrava Lula com uma liderança de 61% a 39% na região.

Naquela época, aliados levaram a Bolsonaro uma série de pesquisas para redirecionar as prioridades da campanha. A ideia era reduzir o ritmo de viagens oficiais ao Nordeste para divulgar ações do governo e ampliar a presença no Sudeste.

Esses auxiliares argumentam que o presidente já superou o patamar de 30% que obteve em 2018 no Nordeste -atualmente, as intenções de voto em Bolsonaro no segundo turno representam 31% dos votos válidos da região.

Eles avaliam que o Auxílio Brasil tem condições de segurar esses votos no campo do presidente, ainda que considerem Lula um adversário mais difícil do que Haddad entre os eleitores nordestinos.

Bolsonaro também está próximo de resultados de 2018 no Norte, onde obteve 52% dos votos válidos no segundo turno e, agora, aparece com 45% no Datafolha.

Além do Sudeste, as maiores defasagens de Bolsonaro em relação a 2018 estão no Sul e no Centro-Oeste. Aliados acreditam que a reta final da campanha tende a fazer com que parte desses eleitores retorne ao presidente com alguma facilidade.

Com 42% do eleitorado, o Sudeste é visto pelo comitê da reeleição como um território essencial para compensar uma derrota certa no Nordeste, que concentra 27% dos votos do país.

Atualmente, a vantagem de Lula sobre Bolsonaro no Nordeste dá ao atual presidente um déficit estimado em 11 milhões de votos no segundo turno. Por isso, além de virar o jogo em outras regiões, ele precisaria abrir uma frente significativa no Sudeste.

Aliados de Bolsonaro admitem que não será possível repetir os números de 2018 na região, mas reconhecem que, sem um bom resultado por ali, não será possível bater Lula.

A principal vantagem do petista na região se dá em Minas Gerais, onde o Datafolha registra Lula com 61% de intenção de votos válidos no segundo turno, contra 39% de Bolsonaro. Em 2018, o presidente venceu Haddad no estado por 58% a 42%.

Entre integrantes da campanha de Lula, Minas é considerado determinante para o ex-presidente. O estado pode somar ao Nordeste e anular uma eventual recuperação de Bolsonaro em São Paulo, Rio e outros estados do país.

Tanto petistas como aliados de Bolsonaro dizem que o atual presidente tem uma dificuldade em Minas pela ausência de um palanque forte na disputa local Favorito na corrida pela reeleição ao governo mineiro, Romeu Zema (Novo) mantém certa distância do Palácio do Planalto. Bolsonaristas acreditam que esse quadro não deve mudar antes de eventual segundo turno.

Caso Zema se reeleja no primeiro turno, aliados do presidente tentarão reabrir negociações para obter o apoio do governador. Se ele tiver que enfrentar uma disputa direta com Alexandre Kalil (PSD), que faz dobradinha com Lula, a ideia é incentivar Zema a replicar a polarização nacional.

Os obstáculos em Minas levaram auxiliares de Bolsonaro a enxergarem um potencial de crescimento maior no Rio, sua base política antes do Planalto, e em São Paulo.

A disputa deve se intensificar principalmente entre os paulistas. Em duas semanas, os números do Datafolha mostraram que o segundo turno entre Lula e Bolsonaro passou de 60% a 40% a favor do petista para 53% a 47%, ainda com vantagem para o petista.

Os dois candidatos vão dedicar mais atenção ao estado, que tem um estoque de votos capaz de afetar a balança de todo o Sudeste.

Apesar dos investimentos de peso em medidas para os brasileiros de baixa renda, como o valor adicional do Auxílio Brasil, outros grupos do eleitorado podem mexer nos ponteiros da disputa. Nos últimos meses, Bolsonaro avançou entre os eleitores de faixas intermediárias de renda. Ele passou de 34% para 40% das intenções de voto no primeiro turno no grupo que recebe de dois a cinco salários mínimos por mês. Lula foi de 41% para 36%.

Nesse mesmo segmento, a rejeição ao petista subiu de 41% para 50% -fazendo com que ele empatasse com Bolsonaro nesse quesito.

Um dos principais articuladores políticos da campanha à reeleição, o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) cita duas razões principais para as variações observadas nesses grupos: fatores econômicos e o antipetismo.

"A recuperação do emprego e a queda da inflação

influenciam mais no Sudeste do que em outras regiões", argumenta. Na região, cerca de 40% dos eleitores têm renda nessa faixa intermediária (no Nordeste são apenas 22%).

Bolsonaro teve um bom desempenho nesse grupo de renda em 2018, mas uma grande fatia de eleitores se distanciou do presidente na pandemia. Aliados de Bolsonaro atribuem esse afastamento à economia e à gestão da crise sanitária. Eles creem que a retomada do emprego e a rejeição ao PT podem ser suficientes para restabelecer vínculo.

Com "foco total no Sudeste", Nogueira afirma que a campanha vai amplificar mensagens que vinculam Lula a suspeitas de corrupção. O objetivo é fazer com que a oposição ao petista reative uma conexão do eleitorado da região com Bolsonaro.

"É muito mais fácil recuperar quem já votou no presidente do que conquistar novos eleitores", argumenta.

O comitê de Lula também verificou esses sinais de uma disputa mais apertada no Sudeste, puxada por mudanças nos números da classe média.

Aliados de Lula afirmam que os esforços de Bolsonaro para ampliar a rejeição ao ex-presidente são a explicação mais provável para essas variações, principalmente no estado de São Paulo.

Os petistas acreditam ser possível reduzir a aderência do tema da corrupção para evitar que Bolsonaro fique em vantagem na região. Além disso, destacam que manter uma vantagem ampla no Nordeste e conseguir uma vitória em Minas Gerais seria suficiente para eleger Lula.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50029>

Consumidores trocam marcas de leite, feijão, arroz e óleo no supermercado

Natalie Vanz Bettoni curitiba

Com a **inflação** em alta, 67% dos consumidores substituíram marcas de produtos consumidos habitualmente, segundo pesquisa da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), com destaque para itens da cesta básica. O leite longa vida foi o produto com maior percentagem de substituição (71%), seguido por óleo de soja (56%), arroz (43%), feijão (42%) e açúcar (33%).

A carne bovina foi majoritariamente trocada por frango (36%), seguida por ovo (22%), suínos (19%) e peixe (10%). A troca por outros produtos, como linguiça e salsicha, foi de 7%.

As trocas ocorrem em meio à alta dos preços; pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostra que o setor de alimentação teve aumento acumulado de 19,4% nos últimos 12 meses.

Em julho, o leite longa vida foi o produto com maior variação de preço em relação ao mês anterior, uma alta de 25,46%. "A gente sabe que o leite esteve no pior momento da safra", diz o vice-presidente da Abras, Márcio Milan.

Nos últimos meses, também chamou atenção a venda de similares lácteos, misturas de compostos lácteos com soro e amido, em embalagens similares às tradicionais. Um pó para preparo de bebida sabor café também virou notícia nas redes sociais, anunciado inicialmente na Amazon como "café tradicional".

A empresa ajustou o anúncio do produto após o contato da reportagem.

Questionado sobre a venda de tais produtos, Milan afirmou que todos os itens comercializados na rede de supermercados são registrados e autorizados pelos órgãos regulatórios, como a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

"Se de um lado está autorizado pelos órgãos reguladores, o que impediria de comercializar esse produto?" Ele afirma que a Abras faz orientações sobre boas práticas e recomendações, mas não atua sobre as questões comerciais, específicas de cada empresa.

Milan informou que, com a indústria, a Abras programa o dia nacional do supermercado, que compara a uma Black Friday do setor.

"Queremos trazer outro momento de consumo para a população e consumidores, onde tanto indústria quanto supermercados estamos programando esse dia, fazendo um esforço grande para trazer muitos descontos."

A expectativa é começar ainda em 2022. "Com certeza no próximo ano a gente vai estar muito mais estruturado, mas pretendemos, sim, começar neste ano."

Em julho, caíram os preços do tomate (23,7%), batata (16,6%) e cebola (5,5%). Óleo de soja, feijão, açúcar e arroz também tiveram quedas. "São sinalizações que a gente já começa a enxergar de um preço que recua em relação aos meses anteriores", diz Milan.

Ele aponta que a redução no preço dos combustíveis também traz tendência de estabilização e baixa de valores.

A associação projeta que o ano termine com alta de 3% a 3,3% no consumo dos lares brasileiros, influenciado por benefícios e Copa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50029>

Bitcoin deixa de ser a criptomoeda preferida das corretoras



Londres O bitcoin está estranhamente há dias em cerca de US\$ 20 mil e não se aventurou muito além disso desde junho.

Isso significa problemas para as traders e corretoras que lucram com oscilações de preços do bitcoin e abre portas para seu arquirrival, o ether, que está se mudando para uma blockchain mais simples e enxuta. "O bitcoin não está morto, é apenas chato no momento, então os traders já estão procurando alternativas", disse Martin Leinweber, estrategista de produtos de ativos digitais da MarketVector.

A volatilidade média de 30 dias do bitcoin caiu para 2,7%, de mais de 4% no início de julho, de acordo com a empresa de dados Coinglass.

Esse número permaneceu abaixo de 5% em 2022, mesmo nos meses mais turbulentos do "inverno das criptomoedas" de preços - distante dos últimos cinco anos, quando mesmo períodos de menor volatilidade foram seguidos por picos de até 7%.

Da mesma forma, um índice da CryptoCompare, que usa contratos futuros de bitcoin para descobrir até que ponto os preços devem mudar, está em pouco mais de 77, abaixo dos 90 no início do ano.

Leinweber, da MarketVector, apontou um aumento na negociação de ether e seus derivativos como um efeito colateral da volatilidade moderada do bitcoin. De fato, o preço do ether - a criptomoeda número 2 com um

valor de mercado de cerca de US\$ 190 bilhões, ante US\$ 380 bilhões do bitcoin - subiu 50% desde o início de julho, enquanto o bitcoin está estável.

O ether é muito menos volátil, com seu nível mais alto sendo pouco mais de 2% em março de 2020, na pior queda do mercado durante a pandemia, de acordo com a empresa de dados Messari.

Mas está absorvendo muito do burburinho atual das criptomoedas, pois está perto de uma mudança, no fim deste mês, quando mudará para um sistema onde a criação de novos tokens de ether será uma ilustração de vidro quebrado com representações da moeda virtual bitcoin. Dado Ruvic/Reuters menos intensiva em energia.

Para investidores em ativos tradicionais, oscilações mais estreitas nos preços podem parecer positivas. Mas, para muitos investidores e grandes engrenagens da economia bitcoin e cripto, é diferente. As exchanges, por exemplo, ganham dinheiro com taxas nas negociações. Quando a volatilidade cai, a atividade de negociação tende a evaporar.

Para fundos de hedge, que tendem a negociar com oscilações de preço, valores mais estáveis também oferecem chances menores de lucro.

E o que está por trás da queda na volatilidade do bitcoin?

Por um lado, uma fuga de investidores do setor mais amplo, o que significa menos pessoas dispostas a negociar com a moeda. As criptomoedas passaram por um ano hostil, com investidores se livrando de ativos arriscados diante da **inflação** crescente, com o bitcoin caindo cerca de 60% e o ether com queda de 55%. Explosões em duas grandes moedas e a falência de grandes bancos também corroeram a confiança no setor.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50029&anchor=6462874&pd=81de66835606fa7ab8299d761964bb5d>

Ondas de choque global ameaçam padrões de vida, renda e paz social no Velho Continente

Patricia Cohen

A invasão da Ucrânia pela Rússia e os efeitos continuados da pandemia prejudicaram países em todo o mundo. Mas a série de crises atingiu mais duramente a Europa, causando o salto mais acentuado nos preços da energia, uma das taxas de **inflação** mais altas e o maior risco de recessão.

As consequências da guerra ameaçam o continente com o que poderá ser sua crise econômica e financeira mais desafiadora em décadas, como temem alguns.

Neil Shearing, economista-chefe do grupo Capital Economies, diz que o crescimento está desacelerando em todo o mundo, mas na Europa há uma deterioração mais fundamental.

Segundo ele, a renda real e os padrões de vida estão em queda, com UE e Grã-Bretanha na pior situação.

Países como a Alemanha, maior economia da região, vivem há décadas em dependência da energia russa. O aumento de oito vezes nos preços do gás desde o início da guerra representa uma ameaça histórica ao poderio industrial europeu, aos padrões de vida, à paz e à coesão social. Planos para fechamento de fábricas, apagões e racionamento estão sendo elaborados em caso de escassez neste inverno.

Para Ian Goldin, professor de globalização e desenvolvimento da Universidade de Oxford, o risco de queda na renda, o aumento da desigualdade e as tensões sociais crescentes podem levar a um mundo fraturado. "Não enfrentamos nada assim desde a década de 1970, e não vai acabar tão cedo, diz.

A pressão afeta outras regiões do mundo, mas algumas causas -e perspectivas- são diferentes. Nos EUA, juros mais altos reduzem os gastos do consumidor e o crescimento, mas o mercado de trabalho segue forte e a economia avança.

Na China, a política de lockdowns paralisa grandes áreas da economia e aumenta interrupções nas cadeias de suprimentos mundiais. O calor extremo e a

seca ainda prejudicaram a geração de energia, forçando mais fechamentos de fábricas. E o mercado imobiliário conturbado aumentou a instabilidade econômica.

Já os países que podem fornecer materiais e bens vitais -principalmente produtores de energia no Oriente Médio e norte da África- estão se saindo bem. Índia e Indonésia crescem em ritmo rápido à medida que a demanda doméstica aumenta e empresas multinacionais procuram diversificar suas cadeias de suprimentos. O Vietnã se beneficia com indústrias passando operações para seu território.

China, EUA e a zona do euro respondem juntos por cerca de dois terços da atividade econômica do planeta, e se todas essas potências desacelerarem será difícil para qualquer país permanecer imune às consequências. Pessoas mais pobres, que gastam maior parte da renda em alimentos e energia, são as mais atingidas.

A Comissão Europeia está pedindo um teto para os preços do gás no atacado e revisão dos valores da eletricidade, que atingiram níveis recordes. Alemanha, Suécia, França e Grã-Bretanha anunciaram programas bilionário de ajuda para aliviar a pressão sobre as famílias e as empresas, junto com planos de racionamento.

O custo de todas essas medidas seria enorme, num momento em que os níveis de dívida dos governos já são impressionantes. A preocupação com a dívida alta levou o FMI (Fundo Monetário Internacional) a pedir reforma da estrutura da UE para gastos e déficits públicos.

"Acho que estamos vivendo o maior desastre de desenvolvimento da história, com mais pessoas sendo empurradas mais rapidamente para a extrema pobreza do que nunca", disse Goldin. "É um momento particularmente perigoso para a economia mundial."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

Europa promove elevação histórica dos juros em resposta à inflação



Mulher com criança é refletida ao passar diante da sede da Comissão Europeia em Bruxelas. Foto: TribunaLisboa - 11.09.2022/APP

Clayton Castellani são paulo

Em elevação sem precedentes, o BCE (Banco Central Europeu) anunciou nesta quinta (8) uma alta de 0,75 ponto percentual em sua taxa de juros, na tentativa de conter a **inflação** na região. Esse foi o segundo ajuste consecutivo, após a alta de 0,50 ponto em julho, e elevou a taxa para 1,25% ao ano. É o nível mais alto desde 2011.

A **inflação** acumulada em 12 meses até agosto na zona do euro é de 9,1%, muito acima da meta de 2% ao ano.

"Ao longo das próximas reuniões, o Conselho do BCE espera aumentar ainda mais as taxas de juros para diminuir a demanda e se proteger contra o risco de uma persistente mudança para cima nas expectativas de **inflação**", disse o BCE em **comunicado**.

O grande aumento nos custos de empréstimo veio acompanhado de mudanças nas próprias previsões de **inflação** do BCE, que continua a ver um crescimento de preços bem acima de sua meta de 2% ao longo de todo o horizonte de projeção.

"Os funcionários do BCE revisaram significativamente suas projeções de **inflação** e agora esperam que a **inflação** fique em média em 8,1% em 2022, 5,5% em 2023 e 2,3% em 2024", acrescentou o BCE.

Assim como ocorre em outras partes do mundo, o BCE tenta tirar dinheiro de circulação ao tornar o crédito mais caro e, com isso, espera diminuir demanda e preços.

Nos mercados de ações, o efeito esperado desse aperto monetário é redução de liquidez. Na prática, investidores ficam com menos recursos para aplicar em ativos arriscados, como ações de empresas.

Embora a decisão do BCE tenha provocado quedas nas Bolsas nas primeiras horas do dia, os mercados assimilaram o golpe no decorrer da tarde.

Claudia Rodrigues, economista do C6 Bank, ressaltou que, apesar de agressivo, o aumento da taxa de juros na zona do euro era esperado.

A Bolsa de Frankfurt terminou o dia com ligeira queda de 0,09%. Paris e Londres fecharam com ganhos idênticos, de 0,33%. O índice que acompanha 50 das principais empresas da Europa subiu 0,29%.

Na esteira da decisão do BCE, a moeda comum europeia subiu 0,29% em relação ao dólar, cotada a US\$0,9998, quase retomando a paridade com a divisa americana.

A libra esterlina também subiu ligeiramente, 0,17%, após ter renovado na véspera o menor patamar frente ao dólar desde 1985.

No câmbio brasileiro, o euro teve valorização de 0,34%, cotado a R\$ 5,2062.

Quando os juros de referência dos países sobem, os seus títulos soberanos atraem mais investidores e a moeda atrelada a esses ativos tende a ganhar valor. Mas isso não é necessariamente uma regra.

Juros altos também podem sinalizar que a **inflação** está colocando uma economia em risco. No caso da Europa, o mercado precisa avaliar o efeito da política monetária em um cenário de ameaça de crise energética provocada pela Guerra da Ucrânia.

"Os preços da energia estão, em última análise, ao sabor do vento soprado pelo governo do presidente Vladimir Putin. Em um pior cenário, com um corte total de gás russo e racionamento obrigatório na União Européia, a Alemanha entraria em recessão e o crescimento da zona do euro enfraqueceria em 1,4 ponto porcentual", disse Simone Pasianotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

Reforçando a expectativa de investidores internacionais sobre um período de forte contração monetária, o presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), Jerome Powell, disse que os Estados Unidos devem continuar a agir energicamente para reduzir a demanda e conter a pressão sobre os preços para evitar um pico de **inflação** como o observado nas décadas de 1970 e 1980.

"Precisamos agir agora diretamente, energicamente, como temos feito e devemos continuar a fazê-lo até que o trabalho seja concluído para evitar [...] os custos sociais altíssimos", disse Powell, em uma referência às medidas consideradas extremas adotadas por Paul Voleker, presidente do Fed na época.

Apesar das oscilações provocadas por BCE e Fed, o índice de referência da Bolsa de Nova York, o S P 500, subiu 0,66%. Os indicadores Dow Jones e Nasdaq avançaram 0,61% e 0,60%, respectivamente.

No mercado internacional de petróleo, o preço do barril do Brent avançava 0,57% no encerramento da tarde, cotado a US\$ 88,50 (R\$ 461,51). A cotação se recuperava apenas parcialmente do tombo de 5,20% na véspera.

O preço da commodity foi fortemente impactado por dados da balança comercial da China bem abaixo das previsões. O país sofreu com o impacto negativo do aumento da **inflação** para a demanda no exterior, ao mesmo tempo em que voltou a conviver com restrições por causa da Covid-19 e ondas de calor que interromperam a produção.

As importações de petróleo pela China caíram 9,4% em agosto em relação ao ano anterior. As restrições de mobilidade reduziram a demanda por combustível no gigante asiático, maior consumidor global de petróleo.

Nesta quinta, o mercado local ignorou os atos pró-Jair Bolsonaro da véspera. O índice Ibovespa avançou 0,14%, avançando aos 109.915 pontos. O dólar comercial caiu 0,61%, cotado a R\$ 5,2070 na venda.

"Bolsonaro falou apenas para a clientela dele", comentou o economista Roberto Macedo, diretor acadêmico da Faculdade do Comércio de SP, sobre o dia no mercado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

29

Mesmo sem recursos, Bolsonaro fala em novo aumento para o Auxílio

IANDER PORCELLA. COLABOROU CÍCERO COTRIM

Candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) passou a prometer o pagamento de R\$ 800 no Auxílio Brasil. Na propaganda eleitoral que foi ao ar ontem na TV, a campanha do presidente falou em conceder um adicional de R\$ 200 para os beneficiários do programa que conseguirem um novo emprego.

Atualmente, o valor mensal do benefício está em R\$ 600, mas o projeto de Orçamento para 2023 enviado pelo próprio governo ao Congresso só prevê recursos para um montante médio de R\$ 405 no ano que vem.

A promessa de Bolsonaro de conceder o adicional de R\$ 200 aparece depois de a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas de intenção de voto para o Palácio do Planalto, passar a estudar a concessão de um bônus de R\$ 150 para crianças de até seis anos, além de outros adicionais aos beneficiários do Auxílio Brasil - que substituiu o antigo Bolsa Família, criado durante a gestão petista.

"Os mais de 20 milhões de brasileiros que recebem Auxílio Brasil de, no mínimo, R\$ 600 agora receberão mais R\$ 200 se começarem a trabalhar.

Vai ser R\$ 800, mais o salário do trabalho", diz a peça publicitária da campanha de Bolsonaro, sem informar como os gastos serão financiados. "Quando o Bolsonaro dá os R\$ 200 a mais, ele incentiva o trabalho.

Isso é o oposto do que o PT fazia porque, para receber o antigo Bolsa Família, as pessoas não podiam trabalhar. Lembra?", acrescenta outro trecho do programa.

Por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada em julho pelo Congresso, o Palácio do Planalto conseguiu aumentar o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 às vésperas das eleições, mas a medida só vale até o fim do ano. O governo promete tornar permanente o novo valor, mas ainda não indicou de que forma vai fazer isso seguindo as regras fiscais em vigor, como o teto de gastos - que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

REAÇÃO.

A proposta do presidente de ampliar novamente o valor do Auxílio Brasil, sem indicar a fonte de recursos para isso, já é alvo de críticas no mercado. Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a ideia sugere irresponsabilidade fiscal do governo.

"É uma proposta fiscalmente infactível, que vai estourar em muito o Orçamento do ano que vem e ainda vai emparedar o Lula para entregar algo parecido", diz o economista. "O governo Bolsonaro está se mostrando irresponsável no fiscal em um grau parecido com o da Dilma (Rousseff)." Para Vale, é improvável que o presidente consiga cumprir a promessa de ampliar o benefício mesmo se vencer as eleições. "Se Bolsonaro ganhar, vai ser um estelionato eleitoral nos níveis da Dilma, e isso vai paralisar ainda mais o governo nos próximos anos", afirma.

TRUNFO.

O aumento do Auxílio Brasil é considerado um dos principais trunfos de Bolsonaro na eleição, mas ainda não influenciou as pesquisas de intenção de voto. De acordo com os levantamentos mais recentes, Lula ainda lidera entre os que recebem o benefício. O presidente também aposta no programa social para conquistar o voto de mulheres que são chefes de família e tentar reduzir a rejeição entre o eleitorado feminino.

Para bancar um Auxílio de R\$ 600 a partir do ano que vem, Bolsonaro já sugeriu usar recursos com a venda de estatais e com a taxação de lucros e dividendos, além da possibilidade de estender o estado de emergência no País. No entanto, o que os economistas afirmam é que o governo precisaria remanejar as verbas no Orçamento, ou seja, fazer cortes para bancar o benefício e cumprir o teto de gastos.

No projeto de Orçamento de 2023, o pagamento médio previsto para o Auxílio Brasil ficou em R\$ 405, suficiente para alcançar 21,6 milhões de famílias.

De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o valor de R\$ 600 não foi incluído na peça orçamentária para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Auxílio Brasil

Propostas dos presidentiáveis

Lula (PT) Defende a volta do programa Bolsa Família, renovado e ampliado. É favorável à manutenção do atual benefício no valor de R\$ 600 e estuda um bônus de R\$ 150 para crianças de até seis anos, além de outros adicionais aos beneficiários

Jair Bolsonaro (PL) Defende a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600, embora tenha enviado ao Congresso Orçamento com previsão de R\$ 405 para 2023. Passou a defender um adicional de R\$ 200 (portanto, R\$ 800) a beneficiários que conseguirem emprego

Ciro Gomes (PDT) Defende a criação de um programa de Renda Mínima Universal batizado de Eduardo Suplicy, que englobe o Auxílio Brasil, seguro-desemprego e aposentadoria rural. Em entrevistas, Ciro fala em R\$ 1 mil por domicílio

Simone Tebet (MDB) Defende um programa permanente de transferência de renda, com benefício de renda mínima para eliminar a pobreza extrema. Sinalizou a manutenção do Auxílio em R\$ 600, mas quer fortalecer o Cadastro Único para melhorar a focalização dos programas sociais

Soraya Thronicke (União Brasil) Defende reforçar o auxílio público e aumentar a presença do Estado em setores decisivos para o bem-estar social

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"O novo normal para o PIB da China é 3% ou 4%"



A pesar de sofrer com fatores conjunturais, a China também passa por uma transformação estrutural na economia e já não pode mais contar com o setor imobiliário como alavanca do Produto Interno Bruto (**PIB**). O resultado disso, e da aposta no consumo interno como motor econômico, são taxas de crescimento mais modestas no país.

"O cenário mais provável é um crescimento de 3% em 2022 e talvez um pouco mais que isso, no limite de 4%, no ano que vem. Não se trata de colapso.

Ainda vai ser uma taxa maior do que a de países avançados. A convergência de renda vai continuar,

mas em um ritmo menor do que nas décadas anteriores", diz o ex-vice presidente do Banco Mundial e membro sênior do Policy Center for the New South, Otaviano Canuto.

Na visão do economista, o governo chinês não vai aumentar as medidas de incentivo econômico desta vez para tentar impulsionar o **PIB**, dado que não quer agravar a vulnerabilidade financeira, principalmente das construtoras. A seguir, trechos da entrevista.

A desaceleração da China é pontual ou podemos esperar um crescimento do **PIB** ao redor de 3% ou 4% como o novo padrão do país?

São as duas coisas. Tem componentes conjunturais que podem ter repercussão no futuro e tem uma questão mais estrutural, o declínio gradual da taxa de crescimento. A combinação leva a pensar que o novo normal para o **PIB** da China é algo mais perto de 3% e 4% do que as taxas de dois dígitos, que ficaram para trás há muito tempo.

A política de covid zero é conjuntural e tem impacto sobre a economia, mas não tanto sobre as exportações. Os chineses foram mais propensos a evitar o atravancamento de exportações.

Fecham cidades, mas protegem corredores de transporte de logística. Tem também um fator especial neste ano, mas que deve ser recorrente, a seca. Por causa dela, há restrições de uso de energia em algumas cidades, e fábricas foram fechadas. E tem uma questão mais de fundo, as agruras do setor imobiliário.

Como o setor imobiliário afundou tanto?

Em 2011, o então presidente da China, Hu Jintao, fez um dos primeiros desenhos do rebalanceamento da economia do país.

O fantástico período de crescimento do **PIB** em dois dígitos na média havia decorrido de um crescimento nas taxas de investimento de quase 50% do **PIB**. Isso só era possível porque refletia uma estrutura de apropriação da renda, em que a parcela de salário em proporção ao lucro era a mais baixa do que a de qualquer outro país. A capacidade de investimento era viável via saldo comercial com o resto do mundo. À

medida que a China cresceu, aquilo não era mais sustentável. Então se desenhou o mapa no qual a economia chinesa seria menos dependente de investimento em relação ao **PIB**, aumentando o consumo doméstico. Ao mesmo tempo, a China subiria na escala de valor, dependendo menos de atividades intensivas em menor qualificação. Mas, depois da crise financeira global, todo mundo ficou com medo da desaceleração econômica. E a China também.

A transformação econômica finalmente está se concretizando?

A opção chinesa é não empurrar o problema com a barriga de novo e apenas evitar piorar a situação de insustentabilidade das construtoras. Os credores das incorporadoras até estão aceitando esperar um pouco para ver se, mais para frente, elas conseguem cumprir com suas obrigações. O governo está tentando evitar um colapso, mas não há uma nova onda de empreendimentos imobiliários para evitar a desaceleração econômica como ocorreu antes.

Nas últimas semanas, surgiram novas medidas para evitar a desaceleração.

Elas mudam o cenário?

Elas são modestas no sentido de que não vai ter um retorno do **PIB** a 6%, como ocorreu em 2019. O cenário mais provável é um crescimento de 3% em 2022 e talvez um pouco mais que isso, no limite de 4%, no ano que vem. Não se trata de colapso. Ainda vai ser uma taxa maior do que a de países avançados. A convergência de renda vai continuar, mas em um ritmo menor do que nas décadas anteriores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento secreto: governo muda regras e libera R\$ 5,6 bi

MANOEL VENTURA *man oel .ventu ra@bsb .og lobo.com. br BRASÍLIA*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>